



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
“Casa de Eptácio Pessoa”

Comissão de Orçamento, Fiscalização, Tributação e Transparência.



ATA



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO, FISCALIZAÇÃO, TRIBUTAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DE ORÇAMENTO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, QUE TEVE COM O OBJETIVO DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 2.056/2024 – DO GOVERNADOR DO ESTADO – DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (LDO 2025), TENDO COMO EXPOSITOR O SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, DR. GILMAR MARTINS DE CARVALHO, REALIZADA NO DIA 22 DE MAIO DE 2024.


Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e dois do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, no Plenário “Deputado José Mariz”, realizou-se a Audiência Pública, que teve como objetivo discutir o Projeto de Lei nº 2.056/2024 – Do Governador do Estado – Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o Exercício de 2025 e dá outras providências (LDO 2025), tendo como expositor o Secretário de Estado do

Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Gilmar Martins de Carvalho, com a presidência do Deputado Jutay Meneses. Sob a proteção do nome do povo paraibano, o Senhor Presidente da Sessão declarou abertos os trabalhos. Na sequência fez um minuto de silêncio em homenagem às vítimas da COVID-19. Em seguida, convidou o deputado Branco Mendes, o deputado Taciano Diniz, a deputada Lucinha Lima; o Dr. Gilmar Martins de Carvalho, secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão; o Dr. Ricardo Barros, defensor público geral e institucional da Defensoria Pública da Paraíba; a Dra Isabel Vicente, diretora de Finanças do TJPB, representando o presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba; o Dr. João Benedito; a professora Pollyana Xavier, pró-reitora de Planejamentos da UEPB; o Sr. Vinícius Cesário, diretor de Planejamento e Gestão do Ministério Público; o Sr. Humberto Gurgel, auditor de controle externo do Tribunal de Contas da Paraíba; e agradeceu e registrou a presença, de forma online, do deputado Tovar Correia Lima. O secretário deputado Branco Mendes leu o Expediente em Mesa. Em seguida, registrou as presenças do Dr. Leonardo Quintans, presidente da Associação Paraibana do Ministério Público da Paraíba; do Excelentíssimo senhor juiz Gilberto Rodrigues, representando a AMPB Associação dos Magistrados da Paraíba; do senhor José Ivanaldo Batista, do Sindicato dos Técnicos Analistas do Judiciário; do senhor Ubirajara Coutinho Lucena, diretor financeiro do Ministério Público; do senhor José Valdês, presidente da Associação dos Servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça; da senhora Aquelina Montenegro, coordenadora de Planejamento, Orçamento e Finanças da Defensoria Pública; do Dr. João Ramalho, presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário; do Senhor Tiago BasseiDelama Tavares, do Sindicato de Representantes de Bares e Restaurantes; da senhora Ana Paula, membro da Igreja Universal; do senhor Antônio Targino, do Sindispor; do senhor Wagner Lira, presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais; da senhora Helena Medeiros, vice-presidente do Sindifisco Paraíba; do senhor Humberto Gurgel, auditor de controle externo do Tribunal de Contas do Estado; do Doutor Antônio Flávio, auditor de controle externo do Tribunal de Contas do Estado; da senhora Érica Manuela, auditora de controle externo do Tribunal de Contas do Estado; do senhor Gilson Pereira Marinho, vice-presidente do SINDAOPC Paraíba; e da senhora Elizabeth Vale, representando a ADUEPB, Associação dos

Docentes da UEPB. O secretário deputado Branco Mendes e a defensora pública Dra. Madalena Abrantes. O deputado Jutay Meneses registrou também a presença do deputado Inácio Falcão. Na sequência, o presidente deputado Jutay Meneses pediu para que seja feito um debate construtivo, seguindo o Regimento Interno da Casa. O secretário Gilmar Martins saudou o Deputado Jutay Meneses, o relator da matéria, Deputado Branco Mendes, o Deputado Dr. Taciano Diniz, a Deputada Lucinha Lima, o Deputado Tovar Correia, que participou remotamente, e a Deputada Dra. Paula, bem como os representantes dos demais poderes e órgãos autônomos, Humberto e a doutora Polyanna, representante do Tribunal de Justiça, e a Dra. Isabel. Saudou ainda, os representantes das categorias e servidores públicos presentes, além dos demais representantes da sociedade civil organizada. Referiu-se à Lei de Diretrizes Orçamentárias, que visa fornecer diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual. Mencionou que o primeiro capítulo do projeto de lei discutido na ocasião delinearía o conteúdo necessário para a Lei de Diretrizes Orçamentárias, incluindo as prioridades e metas da Administração Pública para o próximo ano, a estrutura e organização dos orçamentos públicos, diretrizes para sua elaboração e execução, disposições sobre legislação tributária, despesas com pessoal, dívida, políticas de fomento e disposições gerais. Destacou que as prioridades e metas foram discutidas em uma audiência pública virtual realizada em março, onde a sociedade pôde opinar sobre as ações prioritárias do Poder Executivo para 2025 e que, além disso, os demais poderes e órgãos autônomos indicaram suas prioridades, alinhadas ao Plano Plurianual vigente. Quanto à estrutura orçamentária, explanou que o orçamento seria subdividido em três esferas: fiscal, da Seguridade Social e de investimentos e em cada uma delas tem suas finalidades específicas, como alocação de recursos para saúde, previdência, investimentos em empresas estatais, entre outros. Detalhou também as reservas orçamentárias, incluindo contingências, fundo previdenciário, cobertura de emendas parlamentares e reserva estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal. No que diz respeito à execução do orçamento, enfatizou a importância da transparência, detalhando a alocação de recursos e permitindo o controle social e dos órgãos de fiscalização. Mencionou os dispositivos legais que devem ser observados na elaboração do projeto de



lei orçamentária anual, incluindo o texto de lei, quadros orçamentários consolidados, detalhamento da receita e despesa, entre outros aspectos necessários para a adequada elaboração e apresentação do orçamento. Destacou ainda na discussão sobre a estrutura dos orçamentos, que a Lei Orçamentária discriminaria em categorias de programas específicos as dotações para o pagamento de precatórios e que na Paraíba havia uma dotação específica para esse fim, garantindo transparência. Proferiu que, além disso, a participação no capital de empresas exigiria uma dotação orçamentária específica na peça orçamentária e que as despesas com publicidade e propaganda também tinham ações específicas, concentradas na Secretaria de Comunicação. Relatou que, caso outro órgão precisasse utilizar esses recursos fora da área da educação, era necessária a anuência desta última, estabelecendo controle e transparência adicionais. Ressaltou as despesas com auxílio alimentação, vale-refeição e assistência médica, para as quais tanto o Poder Executivo como os demais poderes precisavam ter ações específicas na peça orçamentária. Salientou também que a Lei Orçamentária precisava estar em conformidade com as metas fiscais definidas na LDO e que era proibida a destinação de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos que não cumprissem os requisitos da Lei nº 7.020/2001, como subvenções sociais ou econômicas. Pronunciou que, além disso, era necessário destinar 1% da receita corrente líquida para o pagamento do PASEP e também incluir na LOA a previsão de receita e a fixação da despesa para garantir o equilíbrio orçamentário. Declarou que a Lei Orçamentária também deveria consignar uma reserva de contingência em montante de 1% da receita corrente líquida, conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 101 e que, quanto aos duodécimos dos poderes e órgãos autônomos, seria aplicada uma correção de 4% com base no orçamento de 2024. Relatou que a UEPB seguia a legislação de sua autonomia, com um percentual definido pela lei, diferente do duodécimo e baseado em uma Receita Ordinária Líquida. O secretário apresentou ainda um quadro para mostrar a evolução do duodécimo dos poderes ao longo dos anos e relatou que, apesar do período de congelamento devido a questões fiscais do Estado, agora o duodécimo dos poderes e órgãos autônomos estava sendo corrigido anualmente. Proferiu que, para 2025, as projeções indicavam valores como R\$ 410 milhões para a Assembleia Legislativa, R\$ 191 milhões para o Tribunal de Contas, R\$ 895 milhões



para o Tribunal de Justiça, R\$ 346 milhões para o Ministério Público e R\$ 110 milhões para a Defensoria Pública. Destacou que o Poder Executivo poderia incorporar eventuais modificações na legislação estadual na elaboração do orçamento, permitindo ajustes na própria Lei de Diretrizes Orçamentárias. Foi mencionada também a classificação das fontes e destinação de recursos, seguindo um padrão nacional estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional. Quanto aos benefícios fiscais, relatou que estes só poderiam ser concedidos ou ampliados se atendidos os dispositivos da Lei Complementar nº 101, que dialogava com a Lei de Subvenções Sociais e Econômicas, e as normativas estaduais pertinentes. Em relação às despesas com pessoal em cargos, declarou que não havia dispositivo específico para definir aumentos na LDO e o que se estabelecia era a observância dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Referiu-se à dívida pública, declarando que era necessário alocar recursos na peça orçamentária para pagamentos do serviço da dívida, incluindo juros e amortização, garantindo a credibilidade do Estado e que, além disso, os recursos de contrapartida de empréstimos internos e externos também precisavam ter dotação orçamentária específica. Concluiu que, por fim, o Projeto de Lei Orçamentária para 2025 deveria ser encaminhado à Assembleia Legislativa até 30 de setembro, com detalhes como o Quadro de Detalhamento da Despesa e o Quadro Demonstrativo de Receita disponíveis no Portal de Transparência do Governo do Estado. Proferiu que as metas fiscais estabelecidas na LDO para o ano de 2025 deviam ser observadas pelo Poder Executivo na elaboração da proposta orçamentária. Finalizou relatando que está acontecendo as audiências regionais, a fim da população contribuir para a definição de prioridades e, consequentemente, elaboração de políticas públicas. Relatou que o cidadão pode também contribuir votando através da disponibilização de um QR code, em que o mesmo irá descrever suas áreas prioritárias. O presidente convidou o deputado Sargento Ruy para ocupar a Mesa. O deputado Taciano Diniz exaltou a importância da explanação quanto a esse projeto orçamentário. Declarou que o Governo possui mais de 6 bilhões de reais livres para investimento e que tal debate é importante para perceber o fortalecimento dos demais poderes e órgãos a fim de buscar uma sociedade mais justa. Relatou que apresentou uma emenda, a fim de obrigar o Governo a pagar os recursos das emendas parlamentares individuais e impositivas, a fim de



garantir aos gestores municipais que tais emendas cheguem com tempo hábil às prefeituras. Em seguida, a Dra Isabel Vicente, Diretora de Finanças do Tribunal de Justiça da Paraíba, fez os cumprimentos de praxe, parabenizou o Secretário Gilmar Martins pela excelente explanação, bem como o Governo do Estado pelo trabalho executado. Disse que o Estado registrou um crescimento significativo na arrecadação de impostos, incluindo um aumento no repasse do FPE e houve um crescimento na arrecadação de impostos não vinculados. Dessa feita, questionou se esse crescimento seria compartilhado com os demais poderes e órgãos do Estado, dentre eles, o Tribunal de Justiça, para garantir o desenvolvimento econômico e social. Solicitou ainda uma revisão da metodologia de elaboração do PLDO e do percentual de atualização dos poderes, pois atualmente não refletia o crescimento econômico do Estado. O Deputado Branco Mendes fez o registro das presenças do Sr Manoel Isidro, presidente da Associação dos Funcionários Aposentados do Estado da Paraíba; Sr Vitor Hugo, Coordenador da Central Sindical; Sra Elma Dantas, Conselheira do Coren, Representando o Presidente do Conselho; Sr Gilberto Rodrigues, Secretário-Geral da Associação dos Magistrados da Paraíba. Em seguida, a Sra Pollyanna Xavier, Pré-reitora de Planejamento da UEPB discursou. Em suas palavras fez as saudações habituais e ressaltou os grandes avanços da Universidade e a parceria com o atual Governo Estadual, incluindo bolsas de pesquisa e novos cursos. Contudo, apelou pela revisão da Lei de Autonomia da UEPB, de 2004, para melhor definição dos cálculos orçamentários, pedindo apoio da Casa e do governo nesse processo. Logo após falou o Dr. Ricardo Barros, Representando a Defensoria Pública, que cumprimentou a todos, enfatizou a crise orçamentária da Defensoria Pública, destacando a disparidade de recursos em relação a outros órgãos do sistema judiciário. Ele apontou que essa falta de recursos resulta em dificuldades para atender às demandas crescentes e até em processos judiciais contra a Defensoria. Afirmou que era necessário um tratamento diferenciado para resolver esse problema, pois as demandas a cada dia aumentavam e o orçamento era fundamental para o funcionamento eficaz. A Deputada Dra Paula, de forma on-line, saudou a todos e destacou a importância do debate na presente sessão, convocando os Deputados para participarem. Ela ressaltou a responsabilidade no uso do dinheiro público, elogiou a administração estadual e defendeu a prevenção

econômica. Concluiu enfatizando a importância do diálogo e fortalecimento das instituições para uma sociedade mais igualitária. O Deputado Chió, no uso da palavra, fez as saudações de praxe, reconheceu a importância do debate sobre o orçamento, enfatizando a necessidade de priorizar políticas públicas para combater a desigualdade social na Paraíba. Ele destacou a função do Estado em distribuir equitativamente a riqueza e convocou os presentes a refletirem sobre como atender os mais pobres. Além disso, ressaltou a importância de investir na educação e na agricultura familiar paraibana como estratégia para combater as desigualdades sociais. Na sequência foi passada a palavra ao Secretário Gilmar Martins que agradeceu todas as explanações, afirmando a importância das mesmas. Fez correções sobre os valores que estavam disponíveis no Estado, esclarecendo que os 6 bilhões em caixa, não eram recursos livres, mas incluíam verbas específicas, como para Previdência e convênios. Ele enfatizou a importância de respeitar os princípios da responsabilidade fiscal ao abordar a proposta de alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Destacou a necessidade de diálogo entre os poderes Executivo e Legislativo para aprimorar a LDO e garantir transparência e controle adequados. Além disso, salientou a importância de considerar o crescimento econômico sustentável ao planejar despesas, evitando comprometer o equilíbrio fiscal. Reconheceu as demandas da sociedade, ressaltando a relevância das plenárias do Orçamento Democrático Estadual para captar essas necessidades de forma inclusiva. Por fim, reforçou a necessidade de garantir que os recursos públicos atendam às necessidades de todos os paraibanos. Na sequência, foi passada a palavra ao Dr. Leonardo Quintans que fez as saudações habituais, agradeceu a abertura da Casa para discussão democrática da LDO, elogiando a gestão do Executivo e reconhecendo o crescimento do Estado. Destacou a importância de partilhar o excesso de arrecadação com os Poderes e instituições para acompanhar esse crescimento. Por fim, sugeriu que o percentual de reajuste do orçamento fosse revisado para garantir que acompanhasse a inflação prevista. Usou da palavra na sequência o Senhor Gilberto Rodrigues, representando a Associação dos Magistrados da Paraíba, que iniciou o discurso cumprimentando os presentes, ressaltou a importância da disponibilidade financeira para que os poderes e órgãos autônomos do Estado possam cumprir suas funções, enfatizou que a Lei de Diretrizes

Orçamentárias (LDO) é fundamental porque orienta a Orçamentária Anual (LOA), garantindo uma divisão equitativa dos recursos, defendeu que o orçamento deveria prever pelo menos 4% de aumento, ajustado pela inflação (IPCA), e destacou a necessidade de participação dos poderes no eventual excesso de arrecadação. Ele também mencionou a importância de uma discussão prévia e técnica do orçamento antes da sua remessa, conforme exigido pela Constituição, para assegurar uma divisão justa e eficiente dos recursos, permitindo investimentos adequados no Judiciário, especialmente em tecnologia e pessoal. Enfim, agradeceu a oportunidade no uso da fala. Depois, falou o Senhor José Ivonaldo Batista (Representante do Sindicato dos Técnicos e Analistas do Judiciário), que, na ocasião, cumprimentou os demais deputados presentes à Mesa, saudou o Dr. Gilmar Martins e os demais representantes dos poderes, cumprimentou os colegas sindicalistas presentes, reforçou a necessidade de mudança no duodécimo para o Judiciário, uma demanda unânime entre eles e a administração do Tribunal de Justiça (TJ), disse que os 4% propostos no orçamento atual foram insuficientes devido ao impacto do IPCA e comentou que, historicamente, a Casa altera propostas do Governador, resultando em veto. Como representante dos servidores judiciais, defendeu maior participação dos segmentos do Judiciário, incluindo magistrados e servidores, nas discussões orçamentárias e frisou que demandas apresentadas à presidência do TJ não se encerram em dezembro, estendendo-se para 2025. Por fim, comentou que será preciso sempre um diálogo consistente com a atual e futura administração do TJ. Por fim, agradeceu a oportunidade. Falou na sequência a Senhora Elizabeth do Vale, presidente da ADUEPB, que iniciou cumprimentando os presentes, destacou a semana de luta das universidades estaduais brasileiras, mencionando greves em estados como Ceará, Pará e Minas, devido ao financiamento público insuficiente e enfatizou a importância da UEPB na interiorização do ensino superior gratuito e de qualidade na Paraíba, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e regionais. Comentou que, em 2023, a UEPB atendeu cerca de 20 mil alunos em diversos cursos e projetos, incluindo 503 de pesquisa e extensão e ressaltou que a lei de autonomia da UEPB melhorou a doação da universidade, mas ainda precisava ser reavaliada para evitar interpretações governamentais variadas. Depois, citou um estudo do Dieese que apontou que, entre 2003 e 2014, os governos



deixaram de repassar cerca de 1,80 bilhões de reais à UEPB, o que equivale a 4,83 vezes o orçamento de 2023 e que, nos últimos três anos, os repasses foram inferiores aos 3% previstos na lei de autonomia. Ela sugeriu ainda que a lei fosse rediscutida para garantir um orçamento claro e adequado para a UEPB. Frisou que, atualmente, a universidade conta com 388 professores substitutos e 800 efetivos, o que significa a necessidade de concursos públicos e atualização do plano de cargos e carreiras. Frisou também que, apesar das progressões regularizadas, o governo do Estado ainda deve cerca de 75 milhões de reais aos servidores da UEPB. Por fim, agradeceu o uso da fala. Ocupou a tribuna, logo após, o Senhor Joselito Vicente (Presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça da Paraíba). Na ocasião, cumprimentou o deputado presidente, os demais parlamentares e os representantes classistas. Em seguida, reiterou a necessidade de ajustes no orçamento do TJPB, que tem sido contingenciado, comentou que o Sindicato propôs adicionar 1% por ano, além do crescimento ordinário, para compensar as perdas inflacionárias, sugeriu incluir os representantes classistas nessas discussões das plenárias do “orçamento democrático”, lembrando que os servidores públicos são parte essencial do povo que os sindicatos representam. Ele frisou ainda que servidores públicos são o motor da máquina estatal, e que seria essencial humanizar a relação servidor e serviço público, a fim de que se reconhecesse o trabalho na crescente arrecadação do Estado, reforçou a necessidade de um olhar humano na gestão e que o próximo orçamento incluísse as demandas dos servidores públicos. Por fim, agradeceu pela oportunidade de debater, representando com orgulho a categoria dos oficiais de justiça. Após tais falas, o Deputado Presidente repassou a palavra ao Secretário para que ele esclarecesse alguns pontos e questionamentos abordados anteriormente. Com a palavra, o Secretário, respondendo a questionamentos e comentários feitos anteriormente, explicou a importância da sustentabilidade no uso do excesso de arrecadação, enfatizando que aumentos pontuais na receita não devem ser usados para despesas permanentes como salários. Ele discutiu a prerrogativa do Poder Executivo de propor o orçamento, destacando que o diálogo entre os poderes foi essencial para definir a regra do duodécimo, mencionou que a LDO já sinaliza um mínimo de 4% de repasse, e que isso pode ser revisado com base no IPCA em julho de 2024. Sobre a UEPB, ele reconheceu a necessidade de revisar a Lei de Autonomia, mencionada pela

professora Elizabeth e pela pró-reitora Pollyanna, e destacou que a Secretaria de Planejamento tenta seguir o regramento dos 3% de repasse. Depois, respondeu ao Dr. Joselito Vicente sobre o Orçamento Democrático Estadual, incentivando a participação dos servidores públicos nas plenárias do “orçamento democrático”. Por fim, o Secretário concluiu lembrando que o Orçamento Democrático é um espaço aberto para todas as vozes da sociedade, incluindo servidores públicos e a classe empresarial, e mencionou exemplos de mobilização bem-sucedida por parte da comunidade e da UEPB e reiterou o convite para que representantes de entidades de classe participem ativamente dessas plenárias. Em seguida, ocupou a tribuna o Senhor Wagner Lira (Representante do SINDIFISCO). Na ocasião, ele agradeceu ao presidente, Deputado Jutay Meneses, pelo convite e cumprimentou a todos os presentes, destacando seu colega Gilmar, que também foi auditor. Ele ressaltou a importância do trabalho dos auditores em financiar o estado para implementar políticas públicas e mencionou a necessidade de investimentos na própria Secretaria da Fazenda (Sefaz). O orador ainda fez uma observação sobre a apresentação do Secretário, especificamente a meta fiscal para despesas com pessoal e cargos, que esteve projetada para ser menor em 2024 do que o valor atual, e solicitou um esclarecimento sobre isso. Ele destacou que o crescimento da arrecadação própria (ICMS, IPVA e TCD) atingiu o patamar de 16,5% no primeiro quadrimestre, e as transferências constitucionais cresceram 12,4%, resultando em uma média de 14,5%, significativamente superior à inflação atual de 3,5% a 3,8%. Ele mencionou que o superávit do governo foi expressivo, com mais de R\$800 milhões no primeiro quadrimestre, e que se essa tendência continuasse, o estado poderia terminar 2024 com um superávit de mais de R\$2 bilhões em relação a 2023, apesar dos impactos econômicos decorrentes do desastre no Rio Grande do Sul. Ele comentou ainda sobre a reforma tributária e a redução do IBS sobre a cesta básica, argumentando que seria mais justo implementar um sistema de cashback para devolver o imposto indireto pago pelas pessoas de baixa renda, tornando o sistema tributário mais progressivo. Depois, sugeriu que os servidores públicos também participem das discussões sobre orçamento e planejamento, enfatizando que eles são fundamentais para o funcionamento dos serviços públicos em diversas áreas como educação, saúde, segurança, magistratura e Ministério Público. Por fim, concluiu agradecendo a





oportunidade e reiterando suas sugestões e observações. Com a palavra, sem seguida, o Senhor João Ramalho (Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário), que iniciou agradecendo ao deputado Jutay Meneses pela convocação e pelo convite, destacando a importância da democracia representativa, cumprimentou a doutora Isabel, do Tribunal de Justiça, o doutor Gilberto da AMB e o senhor José Valdez da Astegen. Após, concordou tecnicamente com o doutor Gilberto e a doutora Isabel sobre a necessidade de o governo respeitar a divisão proporcional, legal e constitucional do orçamento do Estado da Paraíba, enfatizou que não existe outro artifício além da partição isonômica para cumprir a Constituição Federal. Ele destacou que o orçamento público deveria priorizar a destinação dos recursos, que tem base constitucional, criticou que os três poderes se preocupam com subsídios e cargos de agentes políticos, esquecendo dos servidores e da sociedade, apontou a falta de prioridades no orçamento para áreas essenciais como segurança, educação e saúde. Em seguida, mencionou a necessidade de concursos públicos no tribunal e criticou a recente criação de 2 vagas para desembargadores, a falta de uma reforma no PCCR, os pagamentos de salários acima do teto constitucional e a situação dos precatórios. Depois, ele enfatizou que a discussão não deveria ser apenas sobre o orçamento, mas sobre justiça, destacando que a verdadeira justiça é priorizar o povo. Ele mencionou seu tempo no Judiciário e afirmou que a prioridade deveria ser dar celeridade aos processos e julgar com imparcialidade, além de criar projetos para o povo e para os trabalhadores. Concluiu afirmando que os impostos pagos pelos cidadãos sustentam o orçamento, mas a contrapartida do estado não tem sido satisfatória. Por fim, agradeceu a todos e finalizou sua fala. Falou logo após o senhor José Cláudio Fidelis (Representando o Sindicato dos Trabalhadores em Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba). Ocupando a tribuna, ele iniciou sua fala cumprimentando a mesa em nome do deputado Jutay e do secretário Gilmar, saudou as diversas representações dos servidores e dos empregados públicos do estado, informou que estava substituindo a diretora-geral do Sinter, mencionou que a diretora da EMPAER estava na marcha dos trabalhadores em Brasília, destacou a importância do serviço que representa, enfatizando que atende a agricultura familiar do estado, com um planejamento de atendimento para mais de setenta mil famílias rurais em 2024, ressaltou a relevância desse



serviço para as agendas de produção e disponibilização de alimentos, declarou que não repetiria as reivindicações já apontadas pelo fórum, pois a entidade é signatária e subscreve as respectivas demandas e destacou que os servidores da EMPAER acumulam perdas salariais de 44% nos últimos 10 anos. Por fim, enfatizou a necessidade de garantir a realização de concurso público e a discussão de um plano de cargos, carreira e salários, visando atender as reivindicações dos trabalhadores e melhorar esse serviço essencial para as famílias rurais e para toda a sociedade paraibana. Concluiu sua fala agradecendo ao deputado Presidente. Ato contínuo, o senhor Manuel, Associação dos Funcionários Aposentados do Estado da Paraíba, AFAEP cumprimentou o presidente desta sessão, deputado Jutay, e agradeceu a oportunidade de representar a Associação dos Aposentados do Estado da Paraíba, a Pública Central do Servidor Público na Paraíba, e a Federação dos Servidores Públicos do Estado da Paraíba (FETASP). Saudou os demais amigos presentes e ao Secretário Gilmar, e todas as autoridades da Mesa. Declarou que o deputado Chió levantou uma questão importante: quem está representando o povo? E afirmou que acredita que todos aqui, inclusive os deputados, estão representando o povo. Disse que as entidades presentes fazem reivindicações em prol de segurança pública, saúde, educação, e um judiciário de qualidade, tudo para o benefício do povo. Proferiu que o objetivo da LDO é apontar as prioridades do governo para o próximo ano e orientar a elaboração da lei orçamentária, baseada no PPA e questionou: o servidor é prioridade? Pediu que o Dr. Gilmar esclarecesse se a orientação para a LOA inclui a recomposição das perdas inflacionárias dos servidores. Se acostou ao colega João Ramalho sobre a questão dos precatórios, informando que a ordem cronológica de pagamento está em 2007, o que significa que 2024 está longe. Sugeriu que se resolva a questão dos precatórios, que se priorize a recomposição das perdas inflacionárias, e a incorporação de extras, pois hoje muitos evitam se aposentar devido à perda de 40% da remuneração e à falta de paridade remuneratória. Agradeceu e encerrou. O Presidente Jutay agradeceu e passou a palavra ao senhor José Valdez, presidente da Associação dos Servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça, ASSTJE-PB. Com a palavra o senhor José cumprimentou a todos na pessoa do Secretário da Administração, doutor Gilmar Martins. Iniciou sua fala afirmando que assumiu recentemente a presidência da ASSTJE-PB e que todas as falas



aqui representam as suas preocupações. Disse que o orçamento deve ser equitativamente dividido entre os poderes, e a LDO deve garantir isso. Concordou com o senhor João Ramalho e Manoel Isidro afirmando que o governo deve ter um olhar atento para os problemas sociais do nosso estado e agilizar o pagamento dos precatórios, especialmente os de 2007. Declarou ainda que é necessário que o Governo do Estado melhore a situação dos seus servidores, que atualmente enfrentam muitas deficiências. Agradeceu a todos pela atenção e encerrou. O Presidente imediatamente passou a palavra ao senhor Gilmar Martins, Secretário de Estado da Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão da Paraíba. O Secretário Gilmar Martins agradeceu ao deputado Jutay e cumprimentou o presidente do Sindicato Físico, Wagner Lira. Mencionou que Wagner fez reflexões importantes sobre a arrecadação e destacou duas novidades para a plenária. Primeiro, abordou uma matéria publicada no site Metrôpoles, que afirmava que apenas quatro das 27 unidades da federação não quebrariam este ano, incluindo a Paraíba com um rombo de 700 milhões de reais. Ele questionou a base de informação utilizada pelo estudo do Fijan. Explicou que déficit ou superávit financeiro refere-se ao resultado entre receita e despesa. O superávit de 800 milhões no primeiro quadrimestre não garante o mesmo valor nos próximos meses e que projetam um superávit de 900 milhões, considerando todas as fontes de recursos. Quanto à despesa com pessoal, Gilmar esclareceu que os demonstrativos fiscais excluem empresas estatais independentes e despesas intra-orçamentárias. Se houve equívoco da equipe técnica, eles corrigirão. Mencionou que João Ramalho abordou questões do Poder Judiciário sem indagações específicas à LDO e entendeu suas reflexões. José Cláudio, do Cinté da EMPAE, mencionou a reposição salarial acumulada de 44% nos últimos 10 anos e esclareceu que desde 2019, enfrentam essa realidade no Governo do Estado. Lembrou que diversas categorias já obtiveram melhorias salariais conforme a capacidade fiscal do Estado. Citou o PCCR da EMPAE é um dos muitos estudados, mas atender todos demandaria 5 bilhões de reais. Estudam cada PCCR dentro das limitações fiscais. Afirmou que o servidor é prioridade na LDO proferindo que políticas públicas dependem dos servidores para execução. No entanto, a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe limites e eles incorporam o pessoal até o limite permitido pela lei, priorizando a gestão de recursos humanos dentro dessa margem. Sobre precatórios, Gilmar



destacou avanços no governo João Azevedo, com cerca de 700 milhões de reais pagos em 2022. Contudo, o volume de novos precatórios é elevado, o que exige contínua gestão fiscal. Já transferiram 170 milhões para precatórios no primeiro quadrimestre deste ano. Disse ainda que o Tribunal de Justiça administra os pagamentos, garantindo transparência. Concluiu agradecendo a participação de todos e afirmou que o debate enriquece as políticas públicas da Paraíba. Acredita que, ao final, construirão a melhor LDO possível, mantendo a responsabilidade fiscal e melhorando a vida do povo paraibano. O deputado Jutay Menezes agradeceu ao senhor Gilmar Martins e destacou o respeito e a consideração que ele tem na Assembleia. Passou a palavra ao deputado Branco Mendes, relator da LDO e da LOA. Com a palavra, deputado Branco Mendes cumprimentou o presidente Jutay, os presentes e especialmente o secretário Gilmar Martins, destacando a boa relação e a presença assídua do secretário na academia. Refletiu sobre sua experiência na comissão e a evolução dos diálogos e repasses durante o governo de João Azevedo, destacando o avanço significativo. Elogiou a facilidade de diálogo do secretário Gilmar Martins e mencionou a importância das reivindicações e cobranças. Citou a primeira audiência pública e as próximas, incluindo uma em Sousa, enfatizando a importância do diálogo para ajustar demandas. Afirmou estar pronto para receber demandas e emendas dos parlamentares, visando formatar a LOA com eficiência. Branco Mendes expressou orgulho pelo equilíbrio fiscal do estado, ressaltando as reservas em caixa e os investimentos em diversas áreas, fruto da gestão de João Azevedo. Concluiu reafirmando seu compromisso com as audiências e a capacidade de Gilmar Martins para dialogar e ajustar a peça orçamentária para 2025. Agradeceu a todos pela atenção. Dando seguimento, o Presidente, deputado Jutay Menezes, agradeceu a participação de todos na audiência pública, incluindo o deputado Branco Mendes, relator da LDO e da LOA, e o doutor Gilmar Martins, Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. Ele também mencionou a presença do juiz Gilberto Rodrigues, do deputado Sargento Rui, da Dra. Isabel Vicente, representando o Presidente do Tribunal de Justiça, da professora Poliana Xavier, pró-reitora de Planejamento da UEPB, do Doutor Ricardo Barros, subdefensor público-geral da Defensoria Pública da Paraíba, e do doutor Humberto Gurgel, auditor de controle externo do Tribunal de Contas. Além disso, agradeceu

ao senhor Vinícius Cesário, diretor de Planejamento e Gestão do Ministério Público, e aos deputados Tovar Correia Lima, Paula, Inácio Falcão, Chico e Taciano Diniz. Encerrando o Presidente em Mesa, deputado Jutay fez uma menção especial à doutora Carol, aniversariante do dia, destacando seu apoio essencial na Assembleia e parabenizando-a pelo seu aniversário, desejando-lhe felicidades e sucesso. Depois, o Presidente finalizou a presente Sessão Audiência Pública. Lavrando a presente Ata, os redatores Anny Elizabeth Maia Cavalcanti Furtado, Simone Patrícia B. de Macedo, Assistentes Legislativa, Tiago Carvalho Farias, Assessor Técnico Legislativo e Iayna Alves Rabay, Assistente Legislativo e que depois de lida e aprovada será rubricada em todas as folhas e assinada pelo Presidente, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. Sala das Comissões, João Pessoa, em 22 de maio de 2024.

Deputada Jutay Meneses
Presidente

